

CENTRO E CENTRALIDADE

CONCEITOS E APROXIMAÇÕES À CIDADE DE SÃO PAULO

Prof. Ms. Rogério Tineu

RESUMO

A partir da teoria do lugar central de Christaller estuda-se o papel de centro e centralidade exercido pela cidade de São Paulo, sendo que a centralidade determina a fragmentação do território e a convergência de capitais e recursos para áreas específicas da cidade.

Palavras-chave: teoria do lugar central, centralidade, fragmentação do território.

ABSTRACT

From the central place theory of Christaller studying the role of center and centrality exercised by the city of São Paulo, and the centrality determines the fragmentation of the territory and the convergence of capital and resources to specific areas of the city.

Keywords: central place theory, centrality, territory fragmentation.

INTRODUÇÃO

O tema proposto aborda o papel de centro desempenhado pela cidade de São Paulo. Entende-se que a cidade atua como centro de uma região nacional e internacional (Mercosul), mas apenas algumas áreas da cidade executam as funções de centro decisório, catalisador de recursos financeiros, desenvolvedor de tecnologias e de serviços do terciário avançado no âmbito regional, nacional e internacional.

As noções sobre a teoria do lugar central, centro e centralidade são fundamentais para que se consiga entender o comportamento e transformação espacial da cidade de São Paulo e de seu entorno.

O objetivo, deste estudo, é identificar as possíveis relações e interdependências do centro, caracterizado pelo capital financeiro e o poder decisório econômico e industrial localizados na cidade de São Paulo.

Por sua vez, a cidade de São Paulo constitui-se como o centro do sistema na forma de sede do poder decisório do capital e, ao mesmo tempo, é

a liga que dá sustentação às relações econômico-espaciais, configurando um sistema dinâmico, concentrador e em expansão.

TEORIA DO LUGAR CENTRAL DE CHRISTALLER

Ramos (1998: 78), apoiada nas ideias de Claval (1968), afirma que ao longo dos séculos XIX e XX diversos autores abordaram a questão da localização e a interação dos centros urbanos por variados enfoques, o que significa que as cidades e uma determinada região se organizam em resposta a uma dada realidade econômica em transformação que ocorre por intermédio dos fluxos existentes entre os núcleos urbanos.

Ramos continua a afirmar que esse processo econômico e social se expressa espacialmente e com o interesse dos mais diversos autores pelo tema, conclui que, esta expressão espacial ganhou maior visibilidade a partir da Teoria dos Lugares Centrais de Walter Christaller.

Christaller publica suas ideias sobre o lugar central em 1933 na Alemanha e, posteriormente, traduzidas para o inglês em 1966, mesmo assim parcialmente e de forma restrita aos pesquisadores da geografia urbana, de acordo com Ablas (1982: 21).

Ablas, em seu livro publicado em 1982, teve por objetivos, aprofundar os conhecimentos sobre o trabalho de Christaller comparando-o às teorias posteriores a de Christaller e, ao mesmo tempo, verificar a validade da teoria do lugar central em relação a uma região do território brasileiro.

Alguns dos principais conceitos desenvolvidos por Christaller *apud* Ablas dizem respeito à centralidade, lugar central, região complementar, bens e serviços centrais e distância econômica explicados a seguir:

Centralidade – condição que algumas cidades possuem ao manterem estreita relação de complementaridade com as outras cidades de seu entorno. Cabe ressaltar que essa relação é biunívoca, ou seja, não existe a cidade centro de uma região sem as cidades à sua volta e de forma complementar.

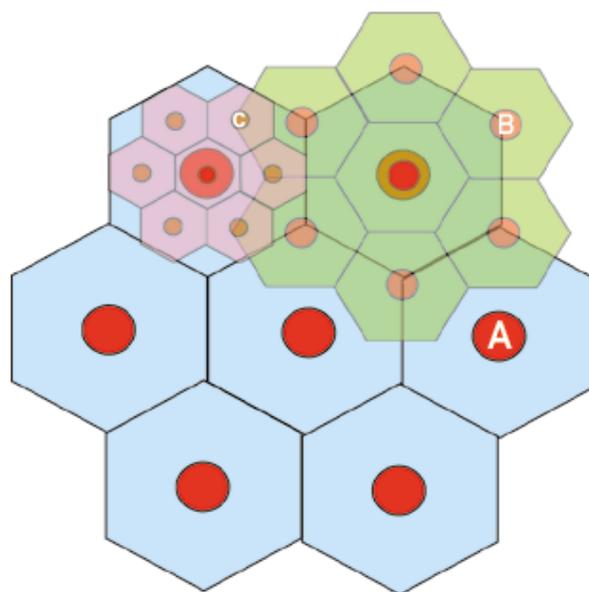
Nesse sentido Ablas (1982: 25) afirma o seguinte sobre Christaller:

O autor evita usar os termos região de mercado, região radial ou região de passagem para evitar confusão uma vez que ele está pretendendo se referir a um conjunto formado pela cidade e sua região complementar no sentido de que a região complementar não pode existir sem a cidade e vice-versa.

Lugar central – este conceito surge a partir da ideia de centralidade, na qual a densidade econômica e populacional de uma cidade é maior que na sua região complementar. Quanto menor for essa densidade menor sua concentração, tendendo a dispersão populacional e das atividades econômicas, o que caracteriza os lugares dispersos em contraste ao lugar central.

FIGURA 01 - ILUSTRAÇÃO DOS DIVERSOS NÍVEIS DE LUGAR CENTRAL

Christaller afirma que o lugar central pode ter diversos tamanhos mantendo a ideia original de região complementar o que indica a ideia de diferenciação dos lugares centrais por níveis, sendo possível designar os lugares centrais como sendo de primeira, segunda, terceira ordem e assim sucessivamente, conforme ilustra a figura 01.



Christaller afirma que, quanto maior a centralidade (ou importância) do lugar central maior será sua região complementar. Ablas (1982: 26), por sua vez, explica que embora o raciocínio de Christaller, nessa parte de sua obra, seja de difícil compreensão, tal fenômeno pode ser explicado pelo conceito de economias externas ou economias de escala para a cidade como um todo.

Bens e serviços centrais – Christaller afirma que a centralidade se refere menos a uma posição geográfica central do que a um conjunto de funções centrais, ou seja, a existência do lugar central é definida porque determinadas funções da cidade são exercidas por intermédio de atividades que têm necessidade de ter uma localização central.

A distância econômica é entendida, conforme explica Ablas (1982: 43), como a distância medida por meio do tempo necessário para percorrê-la e associada ao custo de transporte torna-se uma variável importante na determinação da ordem do bem central. A ordem do bem central está relacionada à periodicidade do seu consumo no que tange a urgência da sua necessidade.

Conforme visto até aqui, os diversos níveis de lugares centrais são determinados pela sua importância ou centralidade e esta pela complexidade dos diversos tipos de bens e serviços, conforme segue:

Centralidade Alta: mercadorias e lojas de departamentos, lojas especializadas, universidades, serviços de consultoria e assessoria, clínicas especializadas, teatros, museus, prédios públicos, hospitais especializados.

Centralidade Média: escolas privadas e públicas, clínica e posto de saúde, cartório e serviços especializados, supermercados.

Centralidade Baixa: correio, igreja, escolas infantis, negócios pequenos, farmácias, clínicas dentárias, padarias, pequenos comércios.

Estes exemplos apenas, não servem como modelos classificatórios dos lugares centrais, mas servem como referência ao pensar-se em termos comparativos sobre as distintas centralidades entre as cidades de uma mesma região.

De outra forma, Santos (2003: 67) afirma que, atualmente, é lugar comum considerar a teoria dos lugares centrais e a dos pólos de crescimento como sendo complementares por meio da teoria da difusão de inovações. O autor segue afirmando: "Essa associação, seja explícita ou implícita, tem sido tão frequentemente repetida, que acabou sendo tomada como uma verdade adquirida. E, todavia, ela é tão inconsistente quanto a própria teoria da difusão." (SANTOS 2003:67).

A partir desta crítica, Santos (2004: 38-44) e Santos (2003: 125-130) propõe que, como alternativa à teoria do lugar central e à divisão tradicional da economia em três setores (primário, secundário e terciário), a divisão da economia urbana seja feita em dois circuitos. O circuito superior e o inferior sendo que a diferença fundamental entre eles é a tecnologia e a organização.

De acordo com o autor o circuito superior é caracterizado pelo uso intensivo de tecnologia importada e com potencial criativo. As atividades deste circuito dispõem de crédito bancário que, às vezes, é controlado pelas grandes indústrias e, ainda, manipulam grandes volumes de mercadorias e de capitais que possuem relação direta com o investimento e disponibilidade de alta tecnologia.

O circuito inferior caracteriza-se por processos de produção imitativos, uso intensivo de trabalho e é localmente adaptado ou recriado. As atividades

são baseadas simultaneamente no crédito e no dinheiro líquido, com uma particularidade, boa parte do crédito é direto ao consumidor, pois muitas pessoas não têm condição de acumular riqueza. Neste circuito em função do trabalho intensivo os capitais são menos volumosos do que no circuito superior e podem dispensar a organização burocrática.

A oferta e o tipo de emprego de ambos os circuitos é resultante da combinação das variáveis expostas, ou seja, os trabalhadores assalariados e mais qualificados estão na indústria de maior tecnologia, porém, em quantidades menores. Nos serviços há a necessidade de grandes quantidades de trabalhadores em ambos os circuitos, mas é no circuito inferior que são encontrados a maioria dos empregos sem qualificação e com baixos salários, exemplo dos ambulantes, trabalhadores do comércio local de produtos de baixo valor entre outros.

IDEIAS CONTEMPORÂNEAS SOBRE CENTRO E CENTRALIDADE E A CIDADE DE SÃO PAULO

O objetivo desta parte do trabalho é expor os principais conceitos contemporâneos de centro e centralidade, mas lembrando de que as ideias originais vêm de Christaller e há um avanço nestes conceitos a partir da década de 1970.

Com relação à caracterização do que é o centro urbano, Spósito (1991: 06) diz que o centro não está necessariamente no centro geográfico ou o centro histórico onde a cidade se originou. O centro é o ponto de convergência e divergência, é para onde todos se deslocam por algum motivo e de onde parte as relações e ações para o interior da própria cidade ou para fora dela. “... o centro pode ser caracterizado como integrador e dispensor ao mesmo.” (SPÓSITO, 1991: 06)

De acordo com a leitura atual destes conceitos a centralidade não é mais atributo do centro de uma cidade desenvolvida, face sua complexidade (urbanística, econômica, social, tecnológica, cultural) podem existir, além do centro da cidade propriamente dito, diversas centralidades.

Neste sentido, Tourinho (2006: 286) afirma que:

A partir dos anos 1990, a concepção da centralidade como lugar rompeu, de forma contundente, com o discurso urbanístico que, desde Christaller até os anos 1980, definia a centralidade como

atributo do lugar central, ou seja, do Centro, de onde tomava os medidores básicos de referência para possibilitar a identificação de qualidades semelhantes no restante do tecido urbano.

A fim de ilustrar a questão da centralidade, pode-se utilizar como exemplo a cidade de São Paulo que possui um centro com uma importância política, histórica, administrativa e com forte comércio popular, mas, ao mesmo tempo e de forma fragmentada, outras áreas da cidade possuem importâncias específicas, como é o caso da região da Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, onde se concentram as principais empresas do ramo de tecnologia da informação ou a região da Avenida Paulista que concentra o setor financeiro e as sedes dos principais bancos.

A centralidade é marcada pela sua fragmentação no território, não é necessariamente constituída por áreas contínuas, mas sim dispersas, permitindo que o capital imobiliário invista em áreas remotas e desvalorizadas no claro sentido de obter grandes lucros neste tipo de operação imobiliária. Sobre isso, Tourinho (2006: 288) afirma que:

A capacidade de criar “centralidade sem Centro” evidenciada pelos megaempreendimentos demonstra que é possível extrair riqueza injetando riqueza, isto é, grandes investimentos são capazes de concentrar grandes lucros. Uma parte das chamadas “novas centralidades” nada é senão criação artificial de espaço urbano (novas áreas), como local único, ainda que reproduzível, capaz de acumular e concentrar riquezas e distribuir ou canalizar lucros (intercâmbio). Do ponto de vista econômico, são receptáculos de rentabilidade, em que se concentram processos de intercâmbio entre a produção e o consumo favorecidos pela nova realidade comercial, em que a escolha dos locais de compra passou a ser regida por outras determinantes que não os fundamentalmente vinculados à facilidade de acesso.

Exemplo disto é o eixo da Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, que teve sua realidade transformada a partir dos anos 1980, já que antes disto era considerada uma área distante do centro da cidade e de difícil acesso em função da carência de transporte público. Os terrenos que davam para o Rio Pinheiros eram várzeas ou ocupados por favelas, este cenário conferiu um baixo valor de mercado do solo urbano o que despertou o interesse de certos investidores do ramo imobiliário.

Deve-se entender que existe uma relação direta entre o centro e as centralidades e um não pode ser explicado sem o outro, pois de acordo com Spósito (1991: 15) tanto o centro como as diversas expressões de centralidade

(subcentro, áreas de desdobramento especializado, *shopping centers* e hipermercados) são as formas pelas quais a divisão técnica e social do trabalho se manifesta, já que há um processo de especialização das atividades socioeconômicas no tecido urbano e uma inter-relação entre essas diversas atividades e as diversas centralidades.

Carlos (2004: 58) explica a mudança da organização da economia paulista baseada no capital industrial para uma nova economia com base no capital financeiro tem na produção do espaço a condição para sua realização.

A mudança, de acordo com Carlos, ocorre logo após o deslocamento da indústria da RMSP e o aumento do terciário em substituição às indústrias. O capital financeiro se estabelece na metrópole a partir do momento que se torna mais vantajoso o investimento na produção do espaço - mercado imobiliário - ao invés da produção de mercadorias.

A partir da década de 1980, em virtude das altas taxas de inflação, era mais rentável a aplicação financeira do que o investimento na produção e, por outro lado, com a entrada do país no neoliberalismo econômico, há a necessidade das empresas se tornarem mais competitivas, o que promoveu forte onda no corte dos custos de produção.

A redução dos custos se deu, basicamente, pela terceirização de determinadas atividades somada à flexibilização das leis trabalhistas e pela venda de ativos imobilizados que aliado ao redimensionamento das atividades empresarias (principalmente do terciário e atividades administrativas das indústrias que se localizam na metrópole) desencadeou a busca pela locação de imóveis adequados à nova realidade empresarial.

O capital financeiro ao perceber a escassez de imóveis com determinadas características na cidade de São Paulo passa a ser carreado para financiar o setor imobiliário e, fundamentalmente, neste momento ocorre a produção do espaço determinado pelo próprio capital financeiro.

As condições que possibilitaram a produção do espaço pelo capital financeiro, de acordo com Carlos (2004: 58), foram as seguintes:

a) ausências de edifícios compatíveis às atividades do terciários moderno;

b) escassez de lugares na metrópole para o crescimento do setor imobiliário;

c) a competitividade exige a redução dos custos de produção e ao invés do empresário immobilizar seu dinheiro em prédios próprios prefere destiná-lo à produção o que aquece o mercado de locação de imóveis.

Essa realidade que surge na cidade de São Paulo cria novas centralidades, como é o caso das avenidas Engenheiro Luís Carlos Berrini, Marginal do Rio Pinheiros e Brigadeiro Faria Lima que formam um verdadeiro eixo de desenvolvimento e atração de investimentos públicos e privados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel de centro desempenhado pela capital do estado de São Paulo é histórica, desde um simples povoado de passagem entre o litoral e o sertão, entreposto de comércio de mercadorias até o capital cafeeiro dar origem ao capital industrial mais para o início do século XX e a partir da segunda grande guerra, a cidade de São Paulo torna-se um grande polo industrial da América Latina, pois parte da infraestrutura instalada para atender o comércio cafeeiro passou a ser utilizado pela indústria nascente. Outro destaque da cidade é sua centralidade financeira, política e cultural. A sede do governo do estado, os movimentos culturais e políticos, por vezes, aconteceram e acontecem nela.

Mais recentemente, a cidade de São Paulo e sua região metropolitana sofreram forte transformação econômica, social e espacial, com uma forte reversão na sua matriz econômica, deixando de ser uma metrópole eminentemente industrial para se tornar uma região do terciário avançado, com intenso comércio e prestação de serviços especializados. O capital industrial da cidade de São Paulo e de seu entorno dá lugar ao capital imobiliário, financeiro e tecnológico sem, contudo, perder seu papel de centro dinâmico da economia.

As transformações ocorridas também foram fruto das novas técnicas de gestão da produção, a mudança do paradigma fordista para a produção flexível aliada às tecnologias de informação possibilitou a descentralização da produção. O comando do capital industrial localiza-se na cidade de São Paulo, enquanto o parque industrial é instalado em outra parte do território, mas limitado aos custos relativos à sua localização, como distância do mercado consumidor, fonte de matéria-prima, mão de obra especializada, tecnologia e infraestrutura adequada para escoar a produção.

REFERÊNCIAS

- ABLAS, Luiz A. de Q. *A teoria do lugar central: bases teóricas e evidências empíricas – estudo de caso de São Paulo*. São Paulo: IPE-USP, 1982.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. São Paulo: do capital industrial ao capital financeiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (org.) *Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI*. Vol. 2. São Paulo: Contexto, 2004.

RAMOS, Teresa Mavignier de A. *Interações espaciais no estado de São Paulo: uma análise comparativa entre dois tipos de redes*. Anuário do Instituto de Geociências da UFRJ. Rio de Janeiro, vol. 21, pp. 76-95, 1998.

SANTOS, Milton. *Economia espacial*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2003.

_____. *O espaço dividido*. São Paulo: Edusp, 2004.

SPOSITO, M. E. Beltrão. *O centro e as formas de expressão da centralidade urbana*. Revista de Geografia. São Paulo, n. 10, pp. 01-18, 1991.

TOURINHO, A. de O. Centro e centralidade: uma questão recente. In: